



ACÇÃO SOCIALISTA

SUPLEMENTO

ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
PELA MUDANÇA
AVANÇAMOS JUNTOS



Por um país mais justo e uma democracia de confiança

Uma estratégia de crescimento, com a criação de emprego no coração de todas as políticas do próximo Governo PS, é o que propõe António José Seguro que, em entrevista ao "Acção Socialista", reafirma a sua determinação em derrotar este Governo e a política de empobrecimento e de sacrifícios dos portugueses.



Qual a principal razão que deve levar os militantes e simpatizantes a votar em si para candidato socialista a primeiro-ministro?

São duas as razões essenciais. O projeto de mudança que apresentamos para Portugal e a recusa do oportunismo na política.

Mudança de rumo para o nosso país. Derrotar este Governo e a política de empobrecimento e de sacrifícios dos portugueses. Há outro caminho com outras prioridades: criação de emprego e combate às desigualdades. Queremos um país justo. E também queremos uma democracia de confiança, onde política e negócios não se misturam e a justiça não prescreve para os poderosos.

A solidariedade e a lealdade são valores do PS. Não podemos premiar o oportunismo de quem recua nos momentos difíceis e se apresenta quando o mais difícil está feito.

O PS não existe para servir as ambições pessoais de um militante. Somos todos nós que devemos servir o PS.

Há três anos iniciámos juntos uma caminhada. Recuperámos a confiança dos portugueses. Vencemos duas eleições. "Não há duas sem três"! Juntos, voltaremos a vencer.

Que balanço faz do contac-

to que tem mantido com a família socialista, no âmbito da campanha para as primárias?

Fazemos um balanço muito positivo. O apoio ao nosso projeto de mudança cresce de dia para dia. Os socialistas sabem que somos o futuro. Os socialistas conhecem-me e sabem que estou nesta campanha tal como estive em cada dia destes três anos: em contacto com as pessoas, a escutá-las e, em diálogo, a procurar soluções para os problemas reais, como o desemprego, cortes nos salários e nas pensões e dificuldades no acesso a cuidados de saúde.

Uma das minhas marcas é a proximidade com os militantes do PS. Para mim nunca foi um frete ir a Bragança, a Vila do Bispo ou às regiões autónomas. Como líder do nosso partido percorri mais de 300 mil quilómetros no país e estive a trabalhar em mais de metade dos concelhos, em conjunto com os militantes do PS.

Estou muito confiante de que no dia 28 de setembro vencerão os valores democráticos do PS.

Quais as linhas-mestras do seu projeto de governo?

Apresentamos um projeto de mudança para o nosso país. Propomos aos portugueses a construção de um país justo e uma democracia de confiança.

Para isso, temos uma estratégia para colocar a economia nacional a crescer. Sem crescimento económico o país não é viável. Precisamos de crescer para criar novos empregos, equilibrar as contas públicas e garantir a sustentabilidade da escola pública, do serviço nacional de saúde e da segurança social pública. A nossa economia precisa de um motor. A indústria deve ser esse motor. Propomos ao país um plano de reindustrialização, desenvolvido em três eixos e que pode ser consultado em www.seguro2015.com, bem como os 80 compromissos do Contrato de Confiança. Propomos ainda quatro linhas de conduta do próximo Governo.

Em primeiro lugar, as Condições de Governabilidade. Na hipótese, que não desejo, de o PS vencer eleições sem maioria absoluta, não liderarei um governo minoritário. A nossa ambição é alcançar uma maioria absoluta e entendo que essa maioria absoluta está ao nosso alcance. No entanto, e na mera hipótese da necessidade de um Governo de coligação, assumo o compromisso de efetuar um referendo aos militantes do PS. Só haverá Governo de coligação com o voto dos militantes do PS.

O segundo pilar da moção é o Respeito pela Constituição. O

país precisa de um Governo que assuma a Constituição como a verdadeira magna carta do país e não como um pretexto para guerrilha política.

Em terceiro lugar, a Ética e Responsabilidade na Política. Continuarei a ser fiel ao princípio de só prometer aquilo que tenho a certeza de poder cumprir no Governo. E insisto num ponto fundamental: a necessidade de uma total separação entre a política e os negócios. Por último, e não menos importante, uma voz firme na Europa. Há muito que digo que não se sai desta crise sem mudanças na Europa. A União Europeia precisa de um novo Tratado que acrescente dimensão política, económica e social à política monetária.

Face aos constrangimentos orçamentais e às metas que o país está obrigado a cumprir ao nível do défice público, como é que vai impulsionar medidas de crescimento económico?

Colocando a economia a crescer através de um Plano de Reindustrialização. A economia precisa de um motor e esse motor terá de ser a indústria. O Plano de Reindustrialização de Portugal desenvolve-se em três eixos de apoio: os setores com tradição (ex: têxteis, calçado, mobiliário, moldes); a

agricultura, pesca e turismo; e os setores na nova revolução industrial. A era do digital através de um novo conceito estratégico: trabalhar para o mundo a partir de Portugal.

O financiamento deste Plano será feito através da maior parte dos fundos comunitários e de captação de investimento privado no país e no estrangeiro. Um dos objetivos do Plano é proceder à substituição de importações por aumento de produção nacional.

O Plano de Reindustrialização pode ser consultado em www.seguro2015.com.

Qual deve ser a principal prioridade de um Governo socialista?

O emprego é a nossa prioridade. Atualmente há mais de um milhão e cem mil portugueses sem trabalho a que se juntam mais de 200 mil que já emigraram por necessidade. Isto não é vida, nem é futuro para os portugueses.

A criação de emprego será o coração de todas as políticas do próximo Governo PS. Não é uma ideia que tive hoje, defendo-o desde que sou Secretário-geral do PS.

Quem cria emprego é a economia. Daí a nossa aposta na economia através do Plano de Reindustrialização. Com crescimento económico e emprego



travamos a escalada da austeridade e da política de empobrecimento que este Governo nos tem oferecido e, ao mesmo tempo, atacamos a pobreza, a exclusão social e combatemos as desigualdades sociais. Este é o principal desafio com que se confronta o nosso país. Fazer a transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, mais inteligente e verde, mantendo a coesão social e superando um fosso económico, social e territorial que divide o país e que tem vindo a agravar-se com a crise.

Como é possível governar o país de forma substancialmente diferente com as imposições do Tratado Orçamental?

O erro da direita é insistir nos cortes na despesa, incluindo no investimento, como solução para o equilíbrio das contas públicas. Como se provou nestes três anos, o Governo de direita falhou todos os objetivos. Defendemos o equilíbrio sustentável das contas públicas através do rigor e disciplina da despesa e do aumento das receitas por via do crescimento da economia e do emprego. Aqui reside a grande diferença entre o PS e a direita, no que diz respeito à estratégia orçamental. Por isso, defendemos em abril de 2012 um protocolo adi-

cional ao Tratado Orçamental, com uma dimensão económica. Repito: sem economia não há futuro. Só com crescimento económico criaremos emprego, equilibraremos as contas públicas e reduziremos a dívida e garantiremos o financiamento sustentável das funções sociais do Estado (escola pública, SNS e Segurança Social pública).

Se for primeiro-ministro, que compromissos assume no que respeita ao combate ao trabalho precário e falsos recibos verdes?

Como afirmo na minha moção, Portugal deve recusar a competitividade baseada em baixos salários. Sou terminantemente contra a precariedade no trabalho. A ideia de que só baixando salários podemos melhorar a competitividade de uma empresa é um princípio que temos de romper na sociedade portuguesa, não apenas ao nível político, mas também junto dos empresários.

O próximo Governo do Partido Socialista deve encontrar as soluções necessárias para quebrar o ciclo de flexibilização galopante do mercado de trabalho e de regressão dos direitos sociais. A estabilidade dos trabalhadores e a regulação do mercado de trabalho têm de ser uma prioridade do PS.

Por outro lado, temos de encontrar soluções que permitam promover os segmentos menos qualificados ao mesmo tempo que impulsiona os mais avançados. A chave para este objetivo é a qualificação.

Como pode Portugal ter uma voz ativa e autónoma na Europa, nomeadamente no que respeita à defesa de uma outra política europeia que ponha o acento tónico na coesão social e criação de emprego?

Com voz firme na Europa e com propostas concretas como temos dito e apresentado. Ao contrário do Governo, que se comporta como um bom aluno e sem voz própria, acatando e executando tudo o que a liderança europeia lhe transmite, o PS deve sempre desempenhar um papel ativo de defesa de uma Europa centrada nas pessoas e que seja capaz de responder aos seus problemas

Como vê o facto de a direita ter desde há muitos anos ganho uma hegemonia ideológica e cultural, ao mesmo tempo que se assiste à incapacidade dos partidos da Internacional Socialista gerarem uma alternativa sólida e eficaz ao neoliberalismo?

O problema essencial está no Partido Socialista Europeu e não tanto na IS. Muitos líderes socialistas europeus desde a queda do Muro de Berlim foram seduzidos pelas ideias liberais e de que o mercado resolveria mais que a política e a regulação. Defender leis trabalhistas tornou-se impopular, defender que o Estado deve regular os mercados tornou-se sacrilégio, flexibilizar o trabalho tornou-se uma evolução natural. Por isso, assistimos a governos socialistas pela Europa associados a grandes processos de privatizações ou a reformas laborais que liberalizaram

as diretrizes da cartilha sobre a austeridade. O Governo não compreendeu a natureza da crise e não cumpriu as promessas eleitorais que fez aos portugueses. Prometeu não baixar salários, nem despedir funcionários públicos. Prometeu que o período de ajustamento seria fácil e castigou os portugueses. Impreparado. Foi assim na questão da TSU em 2012, que seria a medida mágica para aumentar a competitividade, mas rapidamente se transformou numa contribuição dos trabalhadores para financiar as empresas. Ou na famigerada "Reforma do Estado" que eram afinal cortes de 4 mil milhões de euros. Esta reforma nunca foi para reformar o Estado, mas sim as funções sociais do Estado.

Foi também um Governo que faltou ao respeito aos portugueses, não só porque faltou à verdade mas também porque tentou colocar portugueses contra portugueses, jovens contra reformados, trabalhadores do público contra trabalhadores do privado, etc. Não percebeu que só mobilizando os portugueses poderemos fazer renascer Portugal.

Governou contra a Constituição. Não soube conviver com a lei fundamental da nossa democracia. Em democracia, são os governos que têm de governar de acordo com a Constituição e não as constituições que têm de se vergar a qualquer agenda ideológica de um governo. Este triste exemplo de um Governo em constante afronta com a Constituição não pode voltar repetir-se.

Como se sente ao ver Portugal como um dos países mais desiguais e com mais elevadas taxas de pobreza e desemprego da União Europeia?

Com uma vontade enorme e uma forte determinação em liderar o próximo Governo de Portugal.

A nossa luta, socialistas, é para combater as injustiças e para acabar com o sofrimento dos portugueses.

A pobreza combate-se com a criação de emprego e respeito pelas pensões e reformas dos portugueses. A desigualdade combate-se através de um sistema fiscal mais justo e com políticas sociais que apoiem quem verdadeiramente precisa. Construiremos um país justo! É essa a nossa bandeira. ■

A prioridade é derrotar este Governo

concretos, em que o desemprego é o mais premente.

Desde setembro de 2011 que me tenho empenhado em juntar esforços entre os líderes europeus para desbloquear a situação de impasse institucional na União Europeia, que está a adensar o clima de crise económica e financeira. Em termos práticos, defendo a criação de um processo aberto, participado e transparente de revisão dos tratados europeus visando a aprovação de um novo Tratado Europeu.

No imediato, defendemos que o BCE possa emprestar dinheiro diretamente aos Estados, não para financiar os défices, mas para combater a especulação financeira dos mercados. Insistimos na mutualização da gestão de parte da dívida pública. Estas duas propostas são viáveis e beneficiarão Portugal, pois pagaremos menos juros pela nossa dívida. É preciso ser combativo, ter ideias próprias e defendê-las, sem qualquer tipo de menorização, e afirmar que mais Europa é melhor para Portugal.

o mercado de trabalho.

Estruturalmente, a Europa e as relações sociais e de trabalho alteram-se e existe uma certa indefinição sobre as bases sociais de um partido socialista, trabalhista e social-democrata. Antigamente era fácil definir. Um operário seria naturalmente socialista, um empresário naturalmente conservador ou liberal. As grandes transformações sociais e as próprias mudanças nas aspirações dos eleitores alteram-se. Penso que os partidos socialistas europeus ainda estão em processos de ajustamento à realidade. É necessário encontrar novas respostas comuns (nível europeu e nível nacional). Temos de retirar ensinamentos do desastre eleitoral do socialismo na Europa em maio último.

Quais são, na sua opinião, os principais pecados do atual Governo de direita?

A obsessão pela austeridade. É uma questão ideológica, não de contexto. A direita portuguesa olhou para a crise das dívidas soberanas e seguiu cegamente

PELA MUDANÇA AVANÇAMOS JUNTOS

PROJETO DE MUDANÇA

A 17 de maio apresentei aos portugueses uma nova visão para Portugal, assente numa estratégia nacional com 5 objetivos e desenvolvida em 80 compromissos, a que chamei Contrato de Confiança.

Esse **Contrato de Confiança é a Base do Programa do próximo Governo do PS**. Disse-o em maio, reafirmo-o agora.

Insólita e despropositadamente foi criada uma crise no PS. A solução encontrada obriga-me a apresentar uma "moção política sobre as grandes opções do Governo". Ao contrário de alguns, não concebo apresentar em agosto, um documento diferente do apresentado há três meses.

O país não mudou em três meses. E, mais relevante para o efeito, eu não mudei no que defendo para o nosso país.

O que hoje penso é o mesmo que pensava há três meses e há três anos quando, em circunstâncias muito difíceis, avancei para a liderança do Partido Socialista.

Hoje, tal como ontem, trabalhamos para construir um país justo e uma democracia de confiança.

E digo "trabalhamos" por sentir que a construção de um país justo é a grande aspiração dos portugueses e, também, pelo facto de o Contrato de Confiança resultar do contributo de milhares de portugueses, recolhidos ao longo dos últimos três anos, no Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal e no movimento Novo Rumo.

Um Programa de Governo não pode resultar de uma redação em sala fechada, feita por meia dúzia de pessoas, que a impõem ao país para justificarem um projeto de poder.

Sempre entendi e trabalhei para que o programa do próximo Governo resulte do esforço coletivo e da participação de todos os que prezam dar a sua opinião para reerguer Portugal.

Pelo que afirmei, e como não poderia deixar de ser, **assumo que o Programa do próximo Governo é rigorosamente o mesmo que apresentei aos portugueses em maio passado.**

Uma vez mais, a minha novidade é a coerência.

A coerência é um dos principais alicerces da relação de confiança que temos de reforçar com os portugueses. Não podemos dizer hoje uma coisa e amanhã outra completamente diferente.

Connosco, os portugueses sabem com o

que contam.

Podem concordar ou discordar, o que é normal em democracia. Mas connosco os portugueses não vêm ao engano.

Conhecido o projeto de mudança que defendo para o país, quero deixar agora claro as principais linhas de conduta política do próximo Governo.

CONDIÇÕES DE GOVERNABILIDADE

O país precisa de estabilidade política. É em nome do país que o próximo Governo deve dispor de um apoio maioritário no Parlamento.

Portugal vive uma situação de emergência social devido à política de empobrecimento dos últimos anos. O próximo Governo não pode ser um governo de turno, é um governo que terá a responsabilidade histórica de devolver a esperança aos portugueses, de criar as condições necessárias para voltar a colocar Portugal num ciclo de crescimento económico capaz de criar emprego e que promova a redistribuição justa da riqueza.

Tal como anunciei em abril do ano passado, "trabalharemos para merecer uma maioria absoluta para governar de acordo com o projeto que apresentamos. Mesmo com maioria absoluta não descartamos acordos de incidência governamental e tudo faremos para estabelecer acordos de incidência parlamentar". Os desafios que temos pela frente exigem clareza no rumo a seguir e uma cultura de compromissos com base no projeto de mudança que apresentamos aos portugueses.

Os tempos não estão para soluções frágeis ou precárias. Quero deixar claro que na hipótese, que não desejo, de o PS vencer eleições sem maioria absoluta, **não liderarei um governo minoritário.**

Trabalharei, como é meu dever, para construir uma base maioritária de apoio parlamentar.

Excluam-se dos acordos de incidência governamental **os partidos que defendam a destruição do Estado Social, a saída de Portugal da União Europeia e do Euro e que advoguem uma política de privatização de empresas públicas em sectores-chave para o país, como as águas, a CGD ou a RTP.**

E para que tudo seja totalmente claro, e na mera hipótese da necessidade de um Governo de coligação, assumo o **compromisso de efetuar um referendo aos militantes do PS.** Uma eventual

coligação não pode resultar de arranjos de poder ou de caprichos pessoais. Respeitarei a vontade dos militantes. Reafirmo que a nossa ambição é alcançar uma maioria absoluta. Essa **maioria absoluta está ao nosso alcance.**

RESPEITO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Portugal é um Estado de direito democrático, regido por uma Constituição que é uma lei fundamental da República. Num Estado de Direito democrático são os governos que têm que governar de acordo com a Constituição e não as constituições que têm que se vergar à génese ideológica de qualquer governo. O triste exemplo do atual Governo, em constante afronta com a Constituição, o Tribunal Constitucional e os juizes do Tribunal Constitucional, não pode voltar a repetir-se.

O país não pode viver na incerteza do que vai acontecer por causa de um Governo que convive mal com a Constituição da República.

O país precisa de um Governo que assuma a Constituição como a verdadeira magna carta do país e não como um pretexto para guerrilha política.

A previsibilidade e a confiança são essenciais pelo que o próximo Governo deve agir e legislar de forma adequada, sem experimentalismos ou tentativa de golpes jurídico-constitucionais mas encarando a CRP como um ganho civilizacional que os portugueses não aceitam perder.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE NA POLÍTICA

O afastamento dos cidadãos em relação à política é um problema sério que devemos enfrentar com determinação.

As promessas não cumpridas e a promiscuidade entre a política e os negócios minam a relação entre eleitos e eleitores. Só palavras não chega. Os portugueses precisam de exemplos para voltar a acreditar.

Permanecerei fiel ao princípio de só prometer aquilo que tenho a certeza de poder cumprir no Governo. Reafirmo a necessidade de uma total separação entre a política e os negócios. Lutaremos contra o centrão dos interesses.

Já em setembro apresentaremos uma **nova Lei de Incompatibilidades** que obrigue todos os deputados, sem exceção, a declararem a origem de todos os seus rendimentos.

A democracia não pode convi-

ver com a opacidade. E a nossa vida democrática necessita de maior transparência.

Nesse sentido, **o próximo Governo publicará informação relativa aos estudos e pareceres encomendados a entidades externas ao Estado.**

Reafirmamos também o nosso compromisso de **alteração da Lei Eleitoral** para a Assembleia da República, nomeadamente no sentido da redução do número de deputados e da possibilidade de cada eleitor escolher diretamente o seu deputado.

UMA VOZ FIRME NA EUROPA

A dimensão europeia é um elemento fundamental do novo rumo que propomos ao país.

É necessário corrigir esta União Económica e Monetária com novos instrumentos de convergência financeira, orçamental, económica e social.

Defendemos que é pelo aprofundamento no plano de igualdade entre cidadãos e entre Estados que se deve desenhar a solução para a crise que temos vivido. E essa igualdade só pode nascer de um impulso que reforce a componente federal da construção europeia. Impulso que é preciso dar com lucidez, mas também com rapidez, nos planos da integração económica, orçamental, fiscal e política.

Os portugueses precisam de um Governo que os represente na frente europeia. Portugal deve afirmar uma voz própria e autónoma na Europa e uma política europeia eficaz para resolver o seu problema, mas também, para ajudar a resolver o problema europeu. A voz de quem tem ideias claras e vontade firme. A voz de quem acredita de alma e coração no projeto europeu. Para nós, a opção não está entre ficar ou sair do euro. Para nós a opção está na urgência de mudar a zona euro e de a completar com a governação política, económica e social.

Não iludamos o problema. A União Europeia precisa de um novo Tratado que acrescente dimensão política, económica e social à política monetária.

A Europa dos governos deve dar lugar à Europa das pessoas e dos Estados.

A Europa ou muda e se transforma, ou morre. E nós queremos mudar a Europa.

O projeto de mudança que defendemos para Portugal tem uma dimensão europeia muito concreta, pois temos consciência que não se sai desta crise sem mudanças na Europa.